

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 50 questões objetivas, numeradas de 1 a 50. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: **A B C D**;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).



PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Acerca da Teoria da Constituição, considerando a classificação das normas constitucionais que nos é apresentada por José Afonso da Silva, podemos dizer que o livre exercício de qualquer trabalho, o direito de greve no serviço público e a inadmissibilidade de provas obtidas por meio ilícito são, respectivamente, normas constitucionais de eficácia:

- a) plena, limitada e contida
- b) contida, limitada e plena
- c) contida, plena e limitada
- d) limitada, contida e plena

02. Geórgia foi vítima de racismo em seu trabalho, ao consultar a Constituição, descobriu que a prática de racismo constitui crime:

- a) imprescritível, apenas, sujeito a pena de reclusão nos termos da Lei
- b) inafiançável, apenas, sujeito a pena de detenção, nos termos da Lei
- c) inafiançável e imprescritível, mas, por ser de menor potencial ofensivo, não está sujeito à pena de reclusão
- d) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da Lei

03. Severina solicitou a matrícula de seu filho de 6 anos na Escola Municipal de sua cidade, sendo esse pedido indeferido, sob o argumento de que a requerente declarou em formulário ser filiada a um partido político distinto do partido do Prefeito. Por entender que o indeferimento fere os preceitos da ordem jurídica vigente, Severina procurou a Defensoria Pública para que o juízo competente determinasse a matrícula de seu filho. Qual seria a ação constitucional cabível?

- a) mandado de segurança
- b) habeas corpus
- c) habeas data
- d) mandado de injunção

04. A Emenda Constitucional 80/2014 reforçou e ampliou de forma significativa o regime jurídico-constitucional da Defensoria Pública, incluindo, de forma EXPRESSA, no texto constitucional as seguintes diretrizes:

- a) a autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública nos Estados
- b) a Defensoria Pública como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado
- c) os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e da independência funcional
- d) iniciativa de proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na LDO e subordinação ao disposto no art.99, §2º da CF/88

05. De acordo com a CF/88, possuem legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:

- a) Defensor Público Geral da União
- b) Advogado-Geral da União
- c) Governador do Estado ou do Distrito Federal
- d) Conselho Nacional de Justiça

DIREITO ADMINISTRATIVO

6. Com referência aos princípios da administração pública, destacados na Constituição Federal, no artigo 37, assinale a opção CORRETA:

- a) São considerados basilares da administração pública os princípios da legalidade, supremacia do interesse públicos e o direito de ir e vir.
- b) Nos termos do artigo 37 da Constituição Federal são princípios da Administração Pública Direta e Indireta: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- c) Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político são reconhecidos como princípios da Administração Pública.
- d) Os princípios que norteiam a administração pública são: celeridade processual, fundamentação das decisões e inércia do Poder Judiciário.

7. Quanto ao acesso aos cargos da administração, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A investidura em cargo ou em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- b) Qualquer pessoa pode fazer parte da administração pública sem a necessidade de submeter-se a concurso público;
- c) O concurso público para ingresso nos cargos da administração pública direta e indireta somente serão necessários para os cargos de alta complexidade e para pessoas de até 35 (trinta e cinco) anos de idade;
- d) Para ingresso nos cargos da administração pública não será necessário fazer concurso público apenas apresentação de títulos.

8. Acerca do princípio da legalidade dos atos da administração pública, podemos considerar como alternativa INCORRETA:

- a) Princípio da legalidade, como destaca o próprio nome, atende à previsão legal. Ou seja, o que é permitido por lei. Desse modo, os atos administrativos devem respeitar os limites legais estipulados em norma.
- b) A Constituição Federal consagrou o princípio da legalidade somente para alguns atos da administração, cabendo ao administrador público utilizá-lo ou não.
- c) O princípio da legalidade possui como fundamento impedir que o administrador público atue segundo sua vontade pessoal. Ao particular permite-se que ele faça tudo o que a lei não proíbe.
- d) Pelo princípio da legalidade administrativa fica determinado que os administrados somente poderão ser obrigados a fazer (ou proibidos de não fazer) ou deixar de fazer (ou proibidos de fazer) junto à Administração Pública, sem seu consentimento, caso lei adequada assim o determine.

9. Acerca do Princípio da Impessoalidade, podemos considerar como alternativa CORRETA:

- a) A Constituição de 1988 em seu artigo 37 traz o princípio da impessoalidade como princípio norteador da administração pública. Tal princípio indica que os atos da Administração Pública devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, com exceção daqueles atos em que o administrador considere necessário o sigilo.
- b) Tal princípio objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica. Nesse ponto, representa uma faceta do princípio da isonomia. Deve o administrador voltar-se exclusivamente para o interesse público, e não para o privado, vedando-se, em consequência, sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros e prejudicados alguns por favorecimento de outros.
- c) O princípio da impessoalidade denota exatamente essa relação: só é legítima a atividade do administrador público se estiver condizente com o disposto na lei.
- d) O princípio da impessoalidade é basilar no Estado Democrático de Direito, determinando a Constituição Federal a sua garantia sempre que houver lesão ou ameaça a direito.

10. Quanto ao Princípio da Moralidade da Administração Pública, destaque a alternativa INCORRETA:

- a) Evidencia-se que tanto os agentes quanto a Administração devem agir conforme os preceitos éticos, já que tal violação implicará em uma transgressão do próprio Direito, o que caracterizará um ato ilícito de modo a gerar a conduta viciada uma conduta invalidada.
- b) Pelo princípio da Moralidade impõem-se ao administrador público que não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta.
- c) Deve o administrador ao fazer uso do princípio da moralidade não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça

em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto.

d) Ainda com base no princípio da moralidade deve o administrador público buscar seus próprios interesses, relegando para último plano os preceitos morais dos quais deve se afastar.

DIREITO CIVIL

11. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente.
- b) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- c) o domicílio do servidor público é o lugar em que exercer permanentemente suas funções.
- d) o domicílio do preso é o lugar em que residia antes de ser privado de sua liberdade.

12. Gabriel, representado por sua mãe, Maria, ingressa em juízo em face de seu pai, Marcelo, pedindo alimentos. Nessa ação:

- a) Se já tiverem decorrido mais de 5 anos, contados da data em que seu pai se separara da sua mãe, não poderá cobrar qualquer valor;
- b) Poderá cobrar todo o valor devido desde seu nascimento ou estabelecer pensão mensal;
- c) Poderá cobrar os valores devidos nos últimos 5 anos e estabelecer pensão mensal;
- d) Não poderá cobrar qualquer valor passado, apenas pensão mensal.

13. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Apenas os genitores da criança ou adolescente podem praticar atos considerados de alienação parental.
- b) Considera-se ato de alienação parental a realização de campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade.
- c) Verificada a prática de alienação parental o juiz poderá ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado.
- d) É possível a aplicação de multa àquele que pratica ato de alienação parental.

14. Para efeitos legais, são considerados móveis:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram
- b) o direito à sucessão aberta
- c) os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações
- d) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem

15. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o dono, ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior;
- b) aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido;
- c) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança;
- d) a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.

16. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar algumas medidas. Marque a opção ERRADA:

- a) acolhimento institucional
- b) internação em estabelecimento educacional
- c) advertência
- d) obrigação de reparar o dano

17. Segundo a Lei 12.594/2012 (SINASE), a medida socioeducativa será declarada extinta:

- I – pela realização de sua finalidade
- II – pela morte do agente
- III – pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, em execução provisória ou definitiva
- IV – No caso de o maior de 18 (dezoito) anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime

A sequência **CORRETA** é:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

18. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

- a) enviar ou entregar ao consumidor qualquer produto ou fornecer qualquer serviço
- b) exigir do consumidor vantagem não manifestamente excessiva
- c) elevar com justa causa o preço de produtos ou serviços
- d) prevalecer-se da fraqueza ou da ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços

19. Sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a opção ERRADA:

- a) Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.
- b) É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa.
- c) É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, sem absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- d) Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.

20. Sobre os deveres do membro da Defensoria Pública, segundo a Lei

Complementar nº 06/97, assinale a opção ERRADA:

- a) comparecer diariamente, no horário normal do expediente, à sede do órgão onde funcione, exercendo os atos do seu ofício
- b) tratar com urbanidade as partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da justiça e aos que estiverem sob a sua subordinação direta, bem como aos seus superiores hierárquicos e aos servidores a eles vinculados
- c) zelar pela regularidade dos feitos em que funcionar e, de modo especial, pela observância dos prazos legais
- d) observar o sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar, com exceção aos que tramitam em segredo de Justiça

PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre a Competência regulamentada pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- c) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de domicílio do autor.
- d) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio do autor.

22. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- b) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade; ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.
- c) A gratuidade da justiça compreende apenas as taxas ou as custas judiciais.

d) A concessão de gratuidade da justiça afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

23. Acerca do Litisconsórcio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, somente quando entre elas houver comunhão de direitos relativamente à lide.
- b) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- c) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- d) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.

24. Sobre os poderes, deveres e responsabilidade do Juiz, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Poderá o juiz se eximir de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.
- b) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe permitido conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.
- c) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil, incumbindo-lhe dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
- d) É vedado ao juiz promover a autocomposição.

25. Sobre a comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa CORRETA:

a) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, somente quando proferido por juízo competente, retroagirá à data de propositura da ação.

b) A citação será feita pelo correio nas hipóteses previstas no Código de Processo Civil ou em lei, ou quando frustrada a citação por oficial de justiça.

c) A citação será realizada mesmo quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la.

d) A citação por edital será feita quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando.

26. Sobre a tutela de urgência, assinale a alternativa CORRETA:

a) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

b) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.

c) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente, mas não será após justificação prévia.

d) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz deverá sempre exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

27. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz obrigatoriamente deve determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal;

b) Durante a suspensão do processo é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição;

c) A extinção do processo dar-se-á por sentença;

d) Suspende-se o processo quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente.

28. Sobre a petição inicial, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O pedido deve ser determinado, porém é lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;
- b) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior;
- c) O autor poderá até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;
- d) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, não sendo facultado ao juiz, retratar-se.

29. Sobre as provas processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito;
- b) Dependem de prova os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária ;
- c) Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, não podendo o juiz ordená-lo de ofício;
- d) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, inclusive as incapazes, impedidas ou suspeitas.

30. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na sentença, o juiz não resolverá o mérito quando homologar a desistência da ação;
- b) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado;
- c) Fazem coisa julgada a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença;
- d) O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.

DIREITO PENAL

31. No que concerne ao crime, é CORRETO afirmar que:

- a) A aplicação do arrependimento posterior restringe-se aos crimes dolosos.
- b) É possível a participação dolosa em crime culposos.
- c) Cabe legítima defesa em face de conduta que seja acobertada apenas por causa de exclusão da culpabilidade.
- d) A coação moral irresistível constitui causa legal de exclusão da culpabilidade.

32. Sobre as etapas de realização da infração penal, marque a alternativa CORRETA:

- a) Em determinadas infrações penais o exaurimento constitui etapa do *iter criminis*.
- b) Os atos executórios precisam ser idôneos e inequívocos, não se exigindo, porém, sua simultaneidade.
- c) O arrependimento eficaz é incompatível com crimes formais ou de mera conduta.
- d) A resolução do agente, no que diz respeito ao dolo, não são coincidentes na tentativa e na consumação.

33. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O particular não pode agir no estrito cumprimento do dever legal.
- b) A legítima defesa sucessiva é incabível.
- c) Quase crime é a denominação doutrinária atribuída à desistência voluntária e arrependimento eficaz.
- d) Nos crimes omissivos próprios, consuma-se o crime com a simples omissão.

34. Em relação à extinção da punibilidade, assinale a assertiva CORRETA:

- a) O indulto total, ato privativo do presidente da República, tem por escopo extinguir o efeito principal da condenação.
- b) O indulto parcial não pode redundar em diminuição da pena.
- c) A anistia pode ser revogada.
- d) A concessão de indulto faz com que o beneficiado retorne à condição de primário.

35. No que concerne aos crimes contra o patrimônio,

- a) No crime de estelionato, a pena aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso.
- b) No crime de apropriação indébita, a pena é aumentada de um terço, quando o agente recebeu a coisa em razão de ofício, emprego ou profissão.
- c) De acordo com o Código Penal, qualifica-se a extorsão mediante sequestro, se este durar mais de 48 horas.
- d) Com relação ao ilícito de dano, tipificado no artigo 163 do Código Penal, a motivação da conduta é irrelevante para os fins de classificação típica.

36. Quanto ao concurso de crimes, é CORRETO afirmar:

- a) No crime continuado comum, aplica-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços, considerado o número de infrações cometidas, incidindo a extinção da punibilidade sobre a pena de cada uma, isoladamente.
- b) Nos crimes dolosos, cometidos com violência ou grave ameaça contra a mesma vítima, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.
- c) Há concurso formal impróprio ou imperfeito quando a ação ou omissão, dolosa ou culposa, resultar de desígnios autônomos, hipótese em que a pena será aplicada pela regra do concurso material.
- d) Há concurso formal próprio quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicando-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços, considerado o número de infrações cometidas.

37. No que concerne às penas restritivas de direitos, é CORRETO afirmar que

- a) São autônomas e substituem as privativas de liberdade quando, entre outros requisitos legais, a condenação for igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa e uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.
- b) A prestação pecuniária consiste no pagamento à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância não inferior a 10 (dez) nem superior a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.
- c) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável a qualquer condenação a privação de liberdade, facultado ao condenado cumprir a pena em menor tempo, nunca inferior à metade da sanção corporal imposta.
- d) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

38. Na aplicação da pena,

- a) A incidência de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal, a não ser que utilizada a confissão para a formação do convencimento do julgador, hipótese em que o réu fará jus à diminuição, ainda que alguém do piso.
- b) A reincidência não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial, não prevalecendo a condenação anterior, contudo, se entre a data do trânsito em julgado para a acusação da condenação anterior e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos.
- c) É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base, configurando-se, porém, a má antecedência se o

acusado ostentar condenação por crime anterior, transitada em julgado após o novo fato.

d) O desconhecimento da lei constitui circunstância atenuante, podendo ainda a pena ser atenuada em razão de fato relevante, embora não previsto em lei, desde que necessariamente anterior ao crime.

39. No que concerne à lei 11.343/06 (Lei de Drogas), é CORRETO afirmar que

a) Constitui crime a associação de três ou mais pessoas para o fim de, reiteradamente ou não, financiar ou custear o tráfico de drogas.

b) O emprego de arma de fogo constitui causa de aumento da pena no crime de tráfico, não configurando majorante, porém, o concurso de pessoas.

c) Prescrevem no mínimo em 3 (três) anos a imposição e a execução das penas previstas na Lei de Drogas.

d) No delito de tráfico privilegiado a pena poderá ser reduzida de um sexto a metade, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

40. A chamada prescrição retroativa

a) Não marca os antecedentes do acusado, nem gera futura reincidência.

b) Acarreta o acréscimo de um terço no lapso prescricional em se tratando de acusado reincidente.

c) É regulada pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.

d) Não pode ter por termo inicial data anterior à publicação da sentença condenatória recorrível.

PROCESSUAL PENAL

41. Sobre a prova testemunhal no processo penal, assinale a única alternativa INCORRETA:

a) Não deve ser reconhecida a nulidade pela inobservância da ordem de formulação de perguntas às testemunhas (art. 212 do CPP), se a parte não demonstrou prejuízo.

b) A inobservância do procedimento da ordem de inquirição de testemunhas pode gerar nulidade relativa, cujo reconhecimento necessita da demonstração do prejuízo.

c) A nulidade pela inobservância da ordem de inquirição de testemunhas prevista no art. 212 do CPP não precisa ser arguida em momento oportuno e também não precisa de comprovação de prejuízo para a defesa.

d) A demonstração de prejuízo é essencial à alegação de nulidade.

42. Sobre o procedimento do Tribunal do Júri, assinale a única alternativa INCORRETA:

a) A decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade de acusação, exigindo o ordenamento jurídico somente o exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria;

b) Não é possível o trancamento da ação penal de competência do Tribunal do Júri por meio de Habeas Corpus;

c) De acordo com parágrafo 4º, do art. 426 do CPP, não pode ser incluída na lista geral de jurados a pessoa que tenha integrado o Conselho de Sentença nos doze meses que antecederam à publicação da lista;

d) O direito de a defesa recusar imotivadamente até 3 (três) jurados é garantido em relação a cada um dos réus, ainda que as recusas tenham sido realizadas por um só defensor.

43. Assinale a única alternativa CORRETA em relação ao Habeas Corpus:

a) O fato de o denunciado ter aceitado a proposta de suspensão condicional do processo formulada pelo Ministério Público não constitui empecilho para que seja proposto habeas corpus em seu favor, no qual se pede o trancamento da ação penal.

b) A proibição da “reformatio in pejus” não se aplica ao *habeas corpus*, podendo a sua impetração agravar a situação daquele a quem busca favorecer.

c) O preso, sem assistência de advogado, não pode impetrar *habeas corpus*.

d) Em qualquer situação, no caso de concurso de agentes, a decisão favorável que um dos réus

conseguir no julgamento de seu *habeas corpus*, aproveitará aos demais corréus.

44. Sobre Execução Penal, marque a única alternativa CORRETA:

- a) Remição é o direito que possui o condenado ou a pessoa presa cautelarmente de reduzir o tempo de cumprimento de sua pena em razão de estudo ou de trabalho.
- b) O condenado ao regime semiaberto não poderá ser beneficiado com trabalho externo.
- c) O simples fato de uma empresa pertencer a algum familiar do preso impede que ele tenha direito ao trabalho externo na referida empresa, mesmo que sejam preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício.
- d) Em caso de falta grave do preso, não é possível ao juiz revogar parte do tempo remido pelo apenado.

45. Assinale a única alternativa CORRETA:

- a) A decisão que decreta ou mantém a prisão preventiva, para ser considerada devidamente fundamentada, não precisa se manifestar sobre a impossibilidade de serem aplicadas outras medidas cautelares diversas da prisão.
- b) A suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam na hipótese de delitos em que se configura violência doméstica.
- c) Se houver mais de um acusado, cada um dos réus terá direito de assistir ao interrogatório dos corréus.
- d) O *sursis* processual deverá ser oferecido no momento em que for oferecida a denúncia.

46. Sobre o assistente de acusação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Do despacho que admitir o assistente, não caberá recurso. Por sua vez, do despacho que não admitir o assistente, caberá a interposição de recurso em sentido estrito.
- b) A assistência à acusação é admitida em todos os termos da ação penal pública e da ação penal privada.
- c) Não podem atuar como assistente à acusação o cônjuge, os ascendentes, descendentes e os irmãos da vítima.

d) O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.

47. Sobre as medidas cautelares, é INCORRETO afirmar:

- a) Devem ser aplicadas observando-se a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais.
- b) A fiança não pode ser cumuladas com outras medidas cautelares.
- c) A fiança tem como finalidade, dentre outras, assegurar o comparecimento a atos do processo.
- d) As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

48. Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É cabível, em regra, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos. Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, ainda que a pena máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos, será cabível a prisão preventiva.
- b) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada de ofício pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) Será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.
- d) A prisão preventiva será determinada ainda que seja cabível a sua substituição por outra medida cautelar.

49. Sobre o procedimento comum, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo. Com efeito, o procedimento será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja

